



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

PROTOCOLO Nº	072136/2011	161
DIVISÃO:	PRO	3 LNº
MAT.:	VISTO:	MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: FERVAL PEDRAS DECORATIVAS LTDA.	RECURSO
PROCESSO Nº 942/2003/001/2003	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 057/2003	
TIPO DE INFRAÇÃO: LEVE E GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

A Ferval Pedras Decorativas LTDA. foi autuada em 04.02.2003 pela prática das infrações leve e grave tipificadas no art. 19, § 1º, item 2 e §2º, item 1 do Decreto 39.424/98, parcialmente modificado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 1º - São consideradas infrações leves:

(...)

2. deixar de atender a convocação para Licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulada pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio. de apoio.

§ 2º - São consideradas infrações graves:

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação leve, foi aplicada, em 8.03.2004, pela Diretora de Atividades de Industriais e Minerárias, a penalidade de advertência, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 61/2002, devendo o autuado efetuar a formalização do processo de licenciamento ambiental, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa no valor de R\$ 403,41.

Em razão da autuação grave, foi aplicada, em 27.03.2004, pelo Presidente da FEAM, a penalidade de advertência, nos termos d DN COPAM nº 61/02, devendo o autuado formalizar seu processo de licenciamento ambiental, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão da advertência em multa no valor de R\$ 3.193,36.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração intempestivo. O Vice Presidente da FEAM, em 08/01/2008, não conheceu o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada.

Conforme orientação do Parecer Jurídico da Advocacia Geral do Estado, foi analisada a situação processual e após Parecer Jurídico da FEAM o Vice Presidente



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



da FEAM, em 28.06.2010, converteu as penalidades de advertência em multa, nos valores de R\$ 251,00 (infração leve) e R\$ 2.501,00 (infração grave), nos termos do Anexo I do Decreto 44.844/2008.

O autuado apresentou Recurso tempestivo, protocolizado em 09.08.2010.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado em virtude de a empresa operar uma unidade de beneficiamento de rochas ornamentais sem a Licença de Operação do COPAM e não ter atendido à convocação ao licenciamento feita no momento da vistoria, não tendo sido constatada a existência de poluição ou degradação ambiental. (fl. 5)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- O recorrente não poderia ser penalizado pois não praticou nenhuma infração.
- O recorrente, desde a abertura da empresa, cumpre todas as normas ambientais e foi surpreendido pela notificação do pagamento da multa.
- O recorrente possui minucioso Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e, por meio deste, encontra-se totalmente regularizado e respeitando qualquer norma e procedimento ambiental.
- Toda e qualquer multa deve estar adstrita ao princípio da legalidade das sanções, e a multa aplicada não mostrou, em momento algum, amparo legal.
- Quando questionou o fiscal sobre informações de eventuais procedimentos que deveria tomar em caso de irregularidade, nunca recebeu qualquer elucidação nesse sentido.
- Jamais fora atuado por qualquer infração a lei ambiental, devendo assim ser aplicada atenuante em caso de condenação.
- Por fim, requer o cancelamento da notificação ou que seja considerada a atenuante.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

A legislação ambiental em vigor, especialmente a Resolução CONAMA 237/97, estabelece que a instalação de “empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental”.

No mesmo sentido, a Lei 7.772/80 determina em seu art. 8º a obrigatoriedade do licenciamento ambiental, a ver: “A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos

9



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, observado o disposto em regulamento, dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam”.

Com efeito, resta incontroverso que no momento da autuação o infrator não possuía licenciamento ambiental válido. A contratação de empresas de engenharia para a regularização ambiental do empreendimento não descaracteriza a infração cometida.

A penalidade de multa foi aplicada em consonância à estrita legalidade, tendo como base legal o art. 15 e seguintes da Lei 7.772/80 e seus decretos regulamentadores, não havendo que se falar em ilegalidade da multa aplicada. Ademais, o presente processo administrativo foi conduzido com observância do devido processo legal, contraditório e ampla defesa do autuado.

Em consulta ao SIAM, verifica-se que o autuado não regularizou a situação ambiental do empreendimento até a presente data, ou seja, as infrações constatadas no momento da vistoria ainda persistem. Portanto, ao contrário do alegado pelo autuado, não há cumprimento da legislação ambiental vigente.

A inexistência de reincidência foi levada em consideração no momento do arbitramento da multa, não havendo que se falar em atenuante. Também não há igualdade entre a reincidência e a atenuante. A reincidência fixa a multa em valores superiores ao mínimo, e a atenuante diminui o valor da multa caso seja atendido algum de seus pressupostos. Dessa feita, não há que se falar em aplicação de atenuante em decorrência de inexistência de multa anteriormente à autuação.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantidas as multas aplicadas, nos valores de R\$ 251,00 (infração leve) e R\$ 2.501,00 (infração grave), por serem mais benéficas ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008 e artigos 19, § 1º, item 2 e §2º, item 1 do Decreto 39.424/98, parcialmente modificado pelo Decreto 43.127/02.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura:

Rosanilda da Lapa Gonçalves Arruda
Analista Ambiental / FEAM

ROSP/1059325-9 – B. Serra Verde – Edifício Minas – Belo Horizonte/MG – CEP 31630-900
Endereço eletrônico: www.meioambiente.mg.gov.br